

CAPÍTULO 2

2.1 CAMINHOS E (DES)CAMINHOS PARA A PERMANÊNCIA NA TERRA

Ao discutir a economia camponesa, constitui num desafio, mas, ao mesmo tempo, uma possibilidade de contribuição para o entendimento da unidade camponesa.

Tal dificuldade é expressa pela multiplicidade de relações de ordem econômica, social, cultural que não podem ser aplicadas a todos camponeses *a priori*, como uma fórmula matemática exata, rígida, entretanto, decorrem, de uma forma particular, por isso a dificuldade de aplicar modelos prontos.

É nesse sentido que destacamos o pensamento de Shanin (2008, p.27), o qual aponta que:

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que as economias não-camponesas.

Essa mesma unidade doméstica é contemplada por diferentes formas organizacionais, como a horta, que está atrelada à subsistência pela produção de verduras, legumes e condimentos; o pomar que fornece frutas; o curral que se configura como espaço onde é realizado a ordenha e o tratamento dos animais de criação, a casa e a roça.

Nos restringimos a fazer uma análise do Assentamento Carlos Lamarca, investigando as suas especificidades, no seu modo de vida, que é único, devido ao seu processo de luta e aos diferentes níveis de expropriação que sofreram e que condicionaram um situação *sine qua non* para a atual constituição do seu *êthos* camponês, no qual é constituído por três elementos básicos terra-trabalho-família.

Quando os trabalhadores sem terra se lançam à tarefa de conquista da “terra de trabalho”³³ direito esse, usurpado na formação sócio-histórica

³³ Conforme Martins (1980), a *terra de trabalho* identifica uma área que traz dignidade ao sujeito, obtida pela lavra direta do trabalhador, que da terra retira os frutos alcançados para o

brasileira, a busca pela terra se torna para eles legítima, por meio das ocupações. Os sujeitos, homens e mulheres, se organizam em pequenos grupos, onde lhes são atribuídos funções específicas, no transcorrer do acampamento, para que haja coesão na forma de organização, unidos pelo ideal de conquista da terra.

A partir do momento em que os “sem-terra” estão assentados, promove-se uma busca pela organização da produção, ou seja, inicia-se a luta pela permanência na terra. A união dos mesmos é vista pelos MST como um dos alicerces contra as regras mercantis do sistema capitalista de produção, e/ou como os próprios assentados dizem, “ocupar, resistir e produzir”. Apontaremos aqui, alguns desses elementos encontrados no assentamento Carlos Lamarca, tais como: associação Agrosul Paulista, Grupo de Famílias e Unidades Domésticas, nos quais verificaremos a seguir.

2.2 – Associação agropecuária paulista - AGROSUL

O surgimento da Agro-Sul Paulista se concretizou a partir de conversas informais entre julho de 2003 a dezembro de 2006 entre alguns membros do assentamento, que trouxeram, da experiência do acampamento, uma necessidade de instigar a produção coletiva, nos moldes da filosofia do MST. Para o Movimento, o ideal coletivo é a forma mais cristalizada de alcançar êxito, frente aos interesses mercadológicos e dominantes do capitalismo agro-exportador, em sua fase monopolista.

Com base nos trabalhos de campo e entrevistas com o presidente e o ex-presidente da Agrosul detectamos a presença de 10 de associados e 08 ex-membros, na qual o motivo da saída dos mesmos serão abordados no final deste capítulo.

seu sustento e de sua família. Na contramão desse conceito, Martins chama atenção para a *terra de negócio*, a qual teria a finalidade de gerar renda, na medida em que se torna objeto de especulação e apropriação para o proprietário dos meios de produção.

A associação tem dois objetivos principais que direcionam o seu trabalho, o primeiro é inserir o seu produto em grande escala, ou seja, o leite, o segundo é conseguir linhas de crédito, financiamentos e obtenção de insumos a um preço mais baixo, no mercado, é importante ressaltarmos que, a busca da integração ao mercado não significa uma ruptura das bases camponesas, mas sim ocorrem como formas de resistência e, permanecimento na terra. Além disso, o *mundo da mercadoria* que é o alicerce do capital tem ações contraditórias no campo, uma vez possibilitada pelo avanço do capital, mas, em contrapartida, emergem o fortalecimento de grupos que têm como fio condutor o cooperativismo no qual encravam a *territorialização* da luta pela terra.

Neste contexto, um fator importante no processo de constituição da Associação foi justamente um convite feito aos assentados, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para participar da 1ª Agência Regional de comercialização, denominada – ARCO – do Estado de São Paulo, que determinava, entre as suas pautas, “a inserção dos produtos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar no mercado globalizado”. Este evento cativou os assentados a se organizarem de forma coletiva, entretanto, não puderam participar do mesmo, devido ao fato, de que ainda não estarem consolidados na forma de associação ou cooperativa enquanto entidade jurídica, ou seja, com registro em cartório, como prevê as normas legais que disciplinam tais unidades de produção.

Esse cenário reflete o posicionamento de alguns teóricos da questão agrária, a exemplo de Chayanov (1974), que vê no cooperativismo a única maneira do campesinato obter uma grande produção em escala e fazer frente a grandes grupos oligopolistas do setor agrícola. Vejamos a seguir um trecho de seu pensamento:

[...] el camino de colectivización cooperativa es el único posible en nuestras condiciones para introducir en la explotación campesina los elementos de la industrialización agrícola en gran escala y la planificación estatal.[...] (CHAYANOV, 1974, p. 317).

Devemos lembrar que tal iniciativa colocou em questão, a idéia de organizar a produção com base na atividade láctea, que, foi uma proposta do ITESP, órgão responsável no Estado de São Paulo em promover políticas de desenvolvimento organizacional das formas de produção e produtos que irão ter destino o mercado. Para tanto, o ITESP elencou alguns fatores, dentre eles as possibilidades de viabilidade sócio-econômica, a qual foi normatizada levando-se em conta a proximidade com o mercado consumidor o tamanho dos lotes, como fatores naturais a exemplo dos solos a hidrografia local.

Para estas formas de organização da produção se tornar relevantes, segundo a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), precisam-se suprimir determinados problemas, como: 1) dificuldades econômicas quanto à ausência de políticas de crédito; 2) dificuldades dado à inserção no mercado, devido a estrutura oligopolista o setor alimentício, que está a mercê de uma lógica internacional voltada para a exportação; 3) dificuldades relacionadas à cultura local, predominantemente individualista, um processo de fragmentação e divisão do trabalho, herdada historicamente.

Fator fundamental no momento de formação da Agro-Sul os associados angariarem recursos junto a fundos públicos, tal qual o PRONAF, e também pela iniciativa do terceiro setor³⁴ empreendida pela ONG italiana Cáritas³⁵, que subsidiou 39 matrizes, 33 ha de pastagens e 6 ha de cana-de-açúcar, como recursos para a construção da sede³⁶. Também tinha dupla função – a de ordenha e a de abrigar cursos de alfabetização de jovens e adultos.

Agrosul Paulista, no seu momento de implantação, não tinha sede própria, portanto o dia 09.04.2006, foi realizado uma assembléia na antiga sede da fazenda, para tratar esta temática, o vice-presidente, Hélio Santana da Silva, comentou sobre a necessidade de terem o próprio local, todavia, essa

³⁴ O terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, que tem como objetivo gerar serviços público.

³⁵ Conforme informações disponibilizadas pelo site <<http://www.caritasbrasileira.org>>, visitado em janeiro de 2009, a Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, ligada à rede Igreja Católica, de atuação social composta por 162 organizações, presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma, sendo que, entre os seus objetivos, estão: defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário, na perspectiva de políticas públicas; segurança alimentar.

³⁶ Conforme destaque da assembléia extra, realizada pela associação, no dia 08/01/2006.

decisão não dependeria apenas da unanimidade dos associados, tendo em vista que deveria passar obrigatoriamente pelo aval de entidades como o INCRA. Na verdade, uma questão *sine qua non* era justamente que a área precisava estar centralizada ao projeto, ou seja, a Agrosul não tinha o seu próprio terreno e, nem podia ser edificada em nenhum lote mesmo que fosse de algum associado, portanto, teria que desmembrar algum “pedaço de terra” no interior do assentamento.

A resolução de tal impasse se deu com resposta positiva do INCRA, no dia 11.12.2006, dando a confirmação para a Associação ter a sua sede própria (conforme se vê na Figura 7), numa área de 3 ha, sendo que, a mesma, foi implantada no lote 13, mediante o desmembramento desta mesma área.

FIGURA 7: Sede da Associação Agrosul Paulista.



Foto: SILVA, A. C. da (2008).

A associação tem dois objetivos principais que direcionam o seu trabalho. O primeiro é transformar o seu produto, o leite em grande escala para poder pleitear por melhores preços junto ao seu principal consumidor, ou seja,

COLASO (Cooperativa de Laticínios de Sorocaba). O segundo é conseguir linhas de crédito, financiamentos e obtenção de insumos a um preço mais baixo no mercado. É importante ressaltarmos que, a busca da integração ao mercado não significa uma ruptura das bases camponesas, mas sim ocorrem como formas de resistência e de permanência na terra.

Devemos ressaltar que um dos critérios básicos que permearam o ingresso do assentado à Associação foi o estabelecimento de metas quanto uso da propriedade ou em outras palavras, o uso coletivo de 3 ha para a Agrosul.

A produção leiteira dos membros da Agrosul se faz de uma forma mista, ou seja, eles têm uma produção individual³⁷ nos seus respectivos lotes e, uma produção coletiva na associação, cuja área designada a essa atividade foi posta de uma forma equitativa por todos os associados, ou seja, uma quantia de 3 ha.

Tal área se fazia necessária para a manutenção do plantel leiteiro, permitindo, pois, uma alimentação adequada que viabilizassem retorno econômico para os devidos membros.

Cabe salientarmos que, embora o assentado tivesse o compromisso de *ordem moral* – “*a sua palavra*” em ceder parte do seu lote para a Agrosul para se tornar membro da mesma, em contrapartida, a instituição arcava com os investimentos nos lotes, tais como: cerca elétrica, destocamento de eucaliptos, implantação de variedades de gramíneas e forrageiras, portanto, a Agrosul se apresenta em processo de consolidação técnica, pois o leite ainda é ordenhado com os próprios punhos, todavia, o mesmo não é ordenhado pelos associados, mas sim por funcionários.

A Figura 8 demonstra o gado leiteiro pastando em uma área cedida pelos associados.

³⁷ Em pesquisa de campo verificamos que, tanto a produção leiteira quanto a quantidade de animais tem uma variação de um assentado para outro, porém, isso não é inpecilho para o ingresso dos membros .

FIGURA 8: Área de pastagens cedida para o uso da Agrosul pelos seus membros.



Foto: SILVA, A. C. da (2008).

A Figura 9, por sua vez, mostra investimento na propriedade de um dos associados, particularmente no caso do lote 37, com o cercamento elétrico e o plantio da cana forrageira.

Figura 9: área de cana forrageira utilizada pela Agrosul



Foto: SILVA, A. C. (2008).

Por outro lado, tínhamos investimentos, por parte da Agrosul, no destocamento das propriedades, se tornando vantajoso ser membro desta Associação, na medida que, poucos assentados tinham recursos para fazer a destoca. A Figura 10 mostra essa situação.

Figura 10: área destocada na propriedade de um dos associados



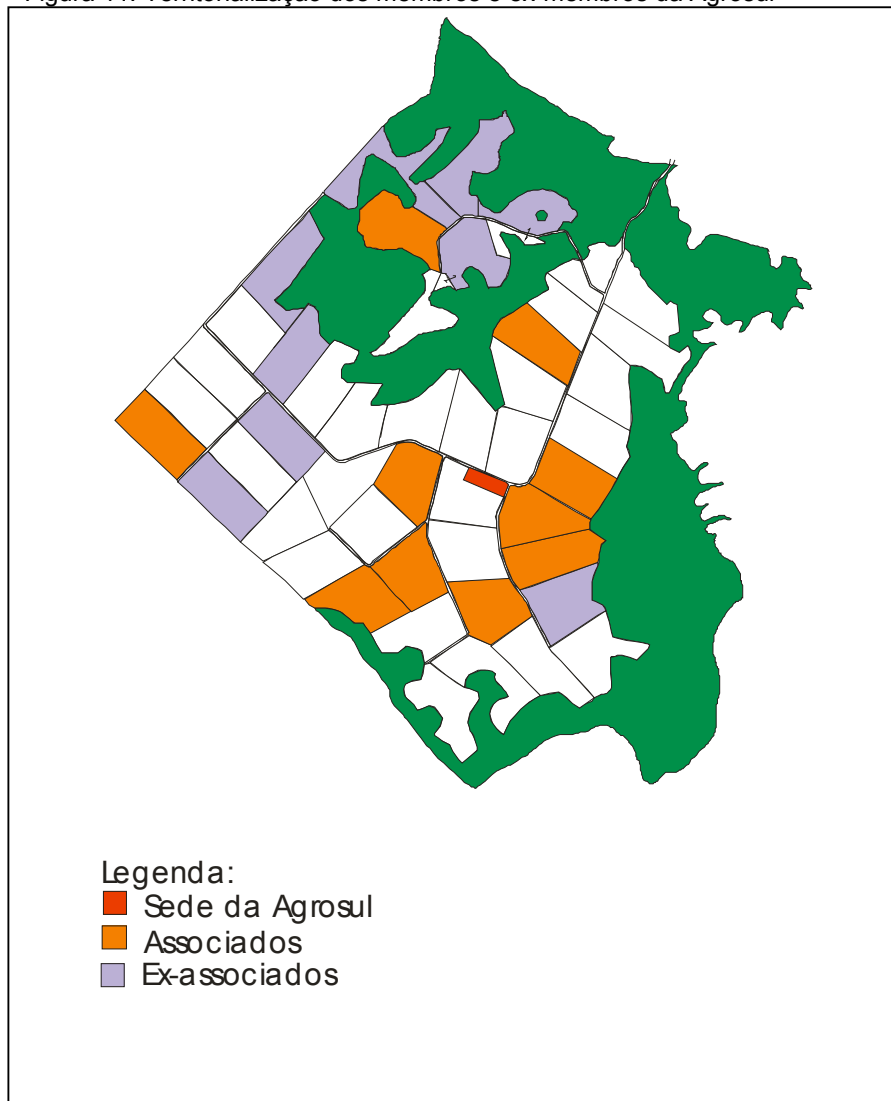
Foto: SILVA, A. C. (2008).

Esta situação gerou conflitos, tendo em vista que alguns associados se retiraram após os serviços prestados em seus lotes.

Também é importante lembrarmos o fato de que nem todos os associados concordavam com o dispositivo de ceder para uso coletivo parte de sua propriedade, uma vez que entendiam que o fato de lutarem pelo seu pedaço de chão era o suficiente e necessário para dar dignidade a sua família.

A figura 11 nos permite verificar os associados e, os ex-associados, a partir do seu enquadramento na Agrosul.

Figura 11: Territorialização dos membros e ex-membros da Agrosul



Fonte: Trabalho de campo
Org.: SILVA, A. C. (2008).

Notamos por meio da Figura 11 a existência atual de 09 ex-associados e 10 associados, além da sede e da área de vegetação. Nesse caso é importante salientarmos que a organização dos trabalhadores se configura num campo de relações contraditórias, marcadas por interesses os quais nem sempre são comungados por todos os membros do local, mas aceitos por alguns que vêm na possibilidade de união em torno de organizações uma forma de permanência na terra.

Num primeiro momento, mais especificamente a partir de 07 de abril de 2005, a comercialização do leite se dava através da ação de terceiros que compravam o leite da Associação e repassavam à COLASO (Cooperativa de Laticínios Sorocaba), que tem sua empresa sede em Sorocaba, mas possui filiais em vários municípios do Estado de São Paulo.

Num segundo momento, a partir do dia 11 de março de 2008, a Agro-Sul-Paulista começa a comercializar diretamente com a COLASO.

Na Tabela 5 temos os números absolutos da produção de leite fornecidos pela Associação Agro-Sul à Colaso referentes aos meses de 03/2008 a 12/2008.

**Tabela 04 - Associação Agropecuária Paulista – AGROSUL
Produção Láctea (litros)**

Meses	Fornecedor	Total de litros	Produção (\$)
01/2008	-	-	-
02/2008	-	-	-
03/2008	Agrosul Paulista	3.816	2.671,28
04/2008	Agrosul Paulista	6.132	4.537,68
05/2008	Agrosul Paulista	4.785	3.540,90
06/2008	Agrosul Paulista	4.587	3.394,38
07/2008	Agrosul Paulista	5.785	4.049,58
08/2008	Agrosul Paulista	7.061	4.589,65
09/2008	Agrosul Paulista	5.350	3.156,50
10/2008	Agrosul Paulista	6.527	3.205,66
11/2008	Agrosul Paulista	6.851	3.973,58
12/2008	Agrosul Paulista	7.418	4.302,44
Total		57.312	37.421,49

Fonte: AGROSUL (2008)

Org.: SILVA, C. A. da (2008)

Diante da Tabela 5, notamos uma variação da produção leiteira, no transcorrer de 2008 devido à sazonalidade, isto é, “*período das secas*”, no qual a pastagem fica comprometida devido à baixa precipitação, características inerente ao clima tropical, e ao “*período das águas*”, na onde ocorrem o melhor desenvolvimento das gramíneas e forragens, devido a alta precipitação, concentradas entre os meses de novembro a fevereiro.

A concretude entre Agrosul Paulista e a COLASO só foi possível mediante parcerias, onde a primeira forneceu os tanques resfriadores

gratuitamente e, a segunda tinha o compromisso de entregar o leite exclusivamente para a primeira.

Dessa parceria resultou-se na aquisição de bens de consumo não-duráveis (insumos, vacinas etc.) como bens de consumo duráveis, a exemplo de um resfriador de leite, objeto necessário ao circuito lácteo³⁸. Observe a Figura 12.

FIGURA 12: Tanque de resfriamento de leite



Foto: SILVA, A. C. da (2008).

A aquisição do tanque resfriador possibilitou que os assentados entregassem o leite diretamente para a COLASO (Figura 13), ou seja, sem intermediários.

³⁸ Neste sentido, cabe salientar a ocorrência da Instrução Normativa 51/2002 (IN 51/02), a qual visa a garantir a qualidade do leite, a partir do seu resfriamento, desde o momento de sua retirada até a sua entrega nas unidades de beneficiamento.

FIGURA 13: Leite refrigerado sendo entregue à COLASO.



Foto: SILVA, A. C. (2008).

Podemos observar a partir da Figura 13, o leite *in natura* refrigerado sendo encaminhado, através de um caminhão, para as unidades de beneficiamento, obedecendo à legislação específica.

Diante deste cenário, é interessante ressaltarmos a discussão realizada, em 17.11.2006, pelo Conselho Diretor da Agrosul, no qual se afirmou que “o objetivo da associação é crescer e para isso depende do empenho de cada um, com a participação de todos”. De encontro com esta visão, temos o posicionamento de Stédile e Fernandes (2000), que nesse sentido, apontaram:

[...] temos que estimular a cooperação agrícola. Essa é a meta. Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades, [...] energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do local de moradia. (p.100).

Assim, a partir do momento em que foi feita a distribuição dos lotes, emergiram diversos produtos que poderiam ser objeto de trabalho e renda para as famílias, as quais viam oportunidades diferentes na produção de tais alimentos, surgindo daí, uma *cisão* quanto ao que produzir – fato este que levou à formação de grupos isolados, no interior do assentamento.

Determinadas famílias não acataram a proposta feita pelos técnicos do ITESP em produzir leite, preferindo assim a agricultura, principalmente em produtos hortifrutigranjeiros, como pimentão, tomate, pepino, quiabo etc.

Tal aspecto pode ser melhor compreendido nas 8 famílias que se formaram em torno de um núcleo familiar, o qual comentaremos a seguir.

2.3 – Grupo de famílias

As divergências quanto às formas organizativas culminaram na dissidência dos membros em duas vertentes, quais sejam: um grupo voltado à produção leiteira e outro imbuído pelo ideal de produzirem hortifrutigranjeiros.

Para tal medida, foi largamente discutida a possibilidade de se trabalhar em conjunto no âmbito do cooperativismo, tal idéia foi fomentada por algumas alas da Igreja Católica, tendo em vista que, no início, não dispunham de capital bem como de experiência com essa atividade econômica.

Porém, os mesmos tinham experiência na produção de culturas perenes, tais como algodão, amendoim, milho, soja etc., todavia essas culturas

não se apresentam como formas rentáveis devido a pequena área dos lotes, sendo viável, neste caso investir-se nos denominados hortifrutigranjeiros, a título de exemplo: pimentão, tomate, pepino, os quais, que demandam a utilização máxima de todos os membros do núcleo familiar.

Nessa nova forma de se organizarem, aqueles que aderiram a esse princípio da *cooperação*, se aglutinaram em torno daqueles que tinham maior afinidade, e principalmente nas relações de *parentesco*. Tivemos, então, a implantação de unidades de produção se organizando em torno de três eixos de famílias centrais, configurando-se num estabelecimento patriarcal, no qual temos a ramificação das relações econômicas, culturais para além da *porteira* se constituindo num verdadeiro território, dentro de um espaço de luta.

Sobre essa forma organizativa (2008), corrobora o pensamento, dizendo [...] *“assim, os assentamentos se constituem no espaço de realização de ações coletivas e comunitárias em que os camponeses constroem o território”* [...] (p.10). O autor referido nos mostra que a forma como estão distribuídos os lotes nos assentamentos estudados leva ao isolamento das famílias; então, as relações de parentesco, vizinhança e de afinidades culturais superam o isolamento. Fabrini chama a atenção, ainda, para o papel das redes dentro do assentamento, que podem ocorrer de diversas formas por agentes contestadores da ordem estabelecida.

A família extensa de Francisco – composta pela família nuclear (mulher e uma filha solteira) e um filho casado (agregado), uma nora e uma neta e, mais uma família de compadres (irmã) – vem trabalhando juntos no cultivo de pimentões de estufas, na qual estabelecem uma relação de sociedade, tanto na mão-de-obra empregada quanto na obtenção dos insumos necessários para o desenvolvimento da cultura.

Para Fabrini (2008) tal fenômeno, pode potencializar como conseqüências:

A formação das redes a partir dos núcleos de resistência pode potencializar a negação de uma sociedade dividida em classes. Se, por um lado, o capital constrói uma rede de relações territorializadas no espaço para viabilizar sua reprodução, os trabalhadores também as constroem, no sentido de negar a reprodução da sociedade dividida em classes, como fazem os assentados e o MST, (p.73).

Assim a expansão das estufas além do território denominado *sítio*; para a propriedade do vizinho compadre ou parentes são uma forma potencializada de romper e negar uma sociedade dividida em classes.

O primeiro grupo de famílias que abordaremos consiste na família do Sr. Francisco Nunes natural de Andradina/SP que, migrou para a cidade; na região de Campinas residia em Hortolândia quando ficou sabendo da ocupação na fazenda Cercadinho no município de Alambari/SP.

A trajetória de luta do Sr. Francisco Nunes³⁹ difere da maioria dos assentados, que é quase uma exclusividade o homem, marido ir para o assentamento pra depois retornar e buscar a mulher, esposa, no seu caso foi o oposto como pode ver na própria fala autor *“É, fiquei lá e mandei a mulher vim primeiro, fiquei sabendo pelo povo do MST no assentamento Sumaré que ia te uma ocupação em Alambari na fazenda Cercadinho”*. Vieram junto a sua irmã, Maria Aparecida Ribeira, Lote 37, e o seu cunhado Antônio Correia Primo Lote 07.

O Sr. Francisco Nunes nos relatou que trabalha numa espécie de parceria na produção de hortifrutigranjeiros, mas, apenas com seu cunhado, ou seja, o Sr. Antônio Correia Primo e sua irmã Maria Aparecida Ribeira, no qual dividi gastos e o trabalho na manutenção, questionado sobre a importância para ele do trabalho em parceria ele nos respondeu da seguinte forma:

É bom, né, pelo não distanciamento da família, né, porque na cidade ficávamos muito tempo sem se ver, e agora nós temos um motivo que precisa que a gente sempre esteja se vendo, por isso que foi bão trabalhar na forma de parceria com minha irmã e meu cunhado (grifos nosso).

Neste depoimento fica claro que a categoria família camponesa se solidifica em laços culturais, que ultrapassa a categoria território, não se sujeitando apenas os ditames do capital.

Vejamos a Figura 14, que retrata um exemplo de cultura desenvolvida em parceria entre membros da mesma família com destaque para a produção de pimentão.

³⁹ Entrevista realizada no dia 17/07/2008.

FIGURA 14: Plantação de pimentão em uma estufa



Foto: SILVA, A. C. (2008).

Contudo embora o empenho das famílias em “tocar o negócio” fosse ser grande, percebemos que muitas delas, que inicialmente aderiram ao projeto das estufas, não alcançaram êxito, o que acabou levando muitas famílias a desistirem da atividade.

Segundo um ex-produtor de pimentão do assentamento, o Sr. Devair Rodrigues de Menezes, entre os principais motivos para esta situação temos a questão do preço elevado do plástico que reveste as estufas, constantemente comprometidas pelos ventos que sopram na área, cuja posição e velocidade contribuem para sua danificação e, conseqüente troca. Também como aspecto determinante foi apontado a falta de conhecimento pelos assentados, da atividade desenvolvida e de assistência técnica a qual segundo o entrevistado “nem sempre ocorre quando precisa”.

Vejamos por meio da Figura 15, a situação de um desses lotes. Essa família, inicialmente, tinha se especializado na produção de pepino, devido aos problemas já elucidados, a produção não se desenvolveu fato este que implicou na sua atual ocupação, isto é, criação de gado. Cabe salientar

que a produção de hortifrutigranjeiros encontra-se hoje em decadência por causa dos altos custos com insumos e a dificuldade de colocar os seus produtos nos entrepostos comerciais tais como, CEASA – Companhia de Abastecimento de Sorocaba e, na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP, sendo feito pela presença do “atravessador”. De maneira incipiente a Companhia Nacional de Abastecimento CONAB vêm fazendo pequenos contatos com os assentados e repassando para prefeituras da região e entidades filantrópicas.

FIGURA 15: Estufas de pepino destruídas após vendaval



Foto: SILVA, A. C. (2008).

É importante destacarmos dentro desse contexto; que problemas como, falta de mão-de-obra e, de capital e a não aceitação do trabalho coletivo fizeram com que algumas famílias escolhessem trabalhar de forma autônoma, na criação de gado de corte e leite, configurando-se enquanto unidades domésticas.

2.4- Unidades domésticas

Contrariando o ideário da produção coletiva, preconizada em geral pelo MST e, de forma específica, por alguns membros do assentamento Carlos Lamarca, certas famílias resolveram produzir, em seus lotes, produtos derivados do leite, como queijo, e/ou requeijão e vendê-los na região.

No trabalho realizado, tomamos como exemplo a família do Sr. Antônio Romoaldo Silva,⁴⁰ explica que, na produção local (própria) não é necessário submeter-se à “ordens” de companheiros seus, pois, segundo ele, no espaço do assentamento formam-se estruturas de poder marcadas por hierarquias, o que ao seu ver não é bom, já que, se quisesse ter patrão, não teria ido para o acampamento pleitear a sua terra. Desta forma, notamos a importância dada pelos assentados em poder definir o que fazer em seu lote, e nesse sentido, de não ser subordinado a ninguém.

Ao fazer o processamento na sua indústria doméstica de queijos, esse camponês está agregando valor à matéria-prima, o que de fato poderia ser efetivado também pela união de interesses do grupo, caso estivessem organizados em Associação.

A matéria-prima é comprada no próprio assentamento Carlos Lamarca, através da aquisição do leite dos vizinhos a um preço igual ao pago pela Agrosul. O leite é recolhido todas as manhãs, nas casas dos fornecedores, contudo, os valores a serem pagos são pré-determinados, por contrato verbal.

Neste microcircuito produtivo ocorre a divisão sexual do trabalho da seguinte forma: a Sra. Marilene Pereira, é responsável pela confecção do queijo; o Sr. Romoaldo, faz a distribuição e dos mesmos o filho, chamado Fabrício, se responsabiliza pela retirada de parte do leite (das reses que são próprias) e da busca, do leite nos lotes vizinhos. Na Figura 16 temos a produção de queijo.

⁴⁰ Em entrevista realizada no dia 10/12/2008.

FIGURA 16: Unidade doméstica de produção de queijos.



Foto: SILVA, A. C. (2008).

Na Figura 16, temos a efetivação do beneficiamento do leite, que é a principal fonte de renda para essa família.

Observamos a partir da Tabela 06 a quantidade de leite adquirido junto aos fornecedores, fica evidente a evolução quantitativa a partir de fevereiro de 2007 quando tinha apenas 02 fornecedores consumindo 462 litros - mês e uma produção de 51 queijos. Contudo em dezembro de 2008 existiam 08 fornecedores, na onde entregam uma produção de 6.374 litros-mês, atingindo uma cifra de 708 queijos.

Tabela 05: Fornecedores de Leite de numa Unidade Doméstica de Produção

Meses	Número de Fornecedores	Total de leite comprado Mensalmente (litros)	Produção Mensal de queijos [*]
Fevereiro/2007	02	462	51
Março/2007	02	506	56
Abril/2007	05	4.221	469
Maio/2007	07	3.797	422
Junho/2007	06	3.556	395
Julho/2007	05	3.103	345
Agosto/2007	05	2.526	280
Setembro/2007	04	3.059	340
Outubro/2007	05	3.536	393
Novembro/2007	05	4.541	504
Dezembro/2007	08	6.172	686
Janeiro/2008	05	3.880	431
Fevereiro/2008	07	5.527	614
Março/2008	07	4.947	549
Abril/2008	07	4.558	506
Maio/2008	06	4.385	487
Junho/2008	07	4.905	545
Julho/2008	07	5.125	569
Agosto/2008	06	5.237	581
Setembro/2008	06	5.572	619
Outubro/2008	07	5.736	637
Novembro/2008	07	5.824	647
Dezembro/2008	08	6.374	708

Fonte: Trabalho de Campo
Org.: SILVA, C. A. (2008)

A partir da Tabela 07 nota-se um aumento contínuo tanto de leite como de queijos produzidos pela família cujo é vendido em cidades como Itapetininga, Sarapuí e, principalmente na cidade de Indaiatuba localizada na região de Campinas.

Questionamos o Sr. Antônio Romoaldo a respeito de entregar os seus queijos em uma cidade tão longe, se era falta de mercado consumidor ele me respondeu da seguinte forma: *“não, é um forma de eu rever meus parentes, já que tem gente certa que eu entrego os meus queijos e eles revendem na cidade”*. Verificamos nesta fala que, o viés econômico é um apêndice para que as relações intrínsecas aos laços de familiaridade se mantenham unificados, desta forma, enquanto o Sr. Antônio Romoaldo comercializa seus queijos ele se reaproxima dos seus familiares.

^{*} Os queijos dão aproximadamente 1 Kg. Conforme a assentada, D^a. Marlene, para se produzir um 1 Kg de queijo, leva-se aproximadamente 8 a 9 litros de leite.

2.5 - A horta como território de auto-consumo e sociabilidade

A horta consiste em um dos elementos primordiais para a subsistência camponesa sendo, pois, encontrada com freqüência no espaço denominado *sítio*⁴¹; no qual desempenha duas funções vitais, sendo a primeira enquanto unidade produtora: de legumes, hortaliças, verduras, condimentos “remédios caseiros” etc. A segunda se apresenta num contexto bastante complexo de análise à medida que, representa *ipso facto* um território de sociabilidade, a partir do momento que os produtos que não são utilizados para a subsistência familiar são doados a parentes ou mesmos vizinhos que tenham relações de solidariedade e de troca simbólicas, cujo sentido é marcado pela inexistência da presença do valor dinheiro não se configurando enquanto mercadoria, o que nos remete, portanto, a valores de uso.

Em outras palavras temos neste caso o florescimento de relações não-capitalistas de produção que, se infiltram no seio do modo de produção capitalista (MPC).

Ancorados por uma lógica própria da economia camponesa, caracterizada pela produção que não visa a acumulação, a horta tem como principal destino de seus produtos o núcleo familiar, ou seja, uma produção que não tem como destino o mercado, contrariando paradoxalmente a lógica do capital. Então, nesta ordem, temos uma verdadeira (des)ordem de qualquer modelo racional que, tem como objetivo principal “fechar com superávits”.

E é nessa questão da irracionalidade econômica que o campesinato consegue se recriar, uma vez que podemos ter unidades camponesas trabalhando com prejuízo podendo até investir na propriedade (melhorar o cercamento das propriedades, adubação e correção dos solos, melhorias na casa etc.) mesmo em situações adversas.

A análise da horta enquanto instância *territorial* é um reducionismo de inferência, isto é, de modo de análise, haja vista que se configura no território como um elemento principal, ou um dos principais, da

⁴¹ Entendemos que a forma mais apropriada ao nos referirmos à propriedade camponesa é o conceito *sítio*, carregado de uma ordem moral, que faz oposição ao lote, o qual é uma divisão técnica dimensionada pelo Estado, que tem como objeto central apenas a legalidade jurídica do terreno. Cf. Almeida (2007).

economia camponesa. Além de o fator produção estar voltado para o núcleo familiar, ela se porta como um território voltado para uma *Divisão Sexual do Trabalho*, onde verificamos que em todos os lotes cabe à mulher a função de cultivá-la.

FIGURA 17: O papel da mulher no cultivo da horta doméstica.



Foto: SILVA, R.A. (2003).

A Figura 17 nos mostra uma horta, cuja plantação de cebolas está sendo regada por D. Marlene, que se incube de cuidar desta atividade.

Em outra entrevista, realizada com o senhor José Maurício da Silva⁴², reafirma-se o papel da mulher no cultivo da horta. Quando o assentado foi nos mostrar o quintal, pedimos para tirar umas fotos, ao que ele respondeu da seguinte maneira: “pode sim, moço, mas, não liga pra horta, ela tá feia, não tá cuidada, a mulher ficou doente uns seis meses”.

Conforme a fala do Sr. José, a justificativa para a horta não estar bem cuidada, “bonita”, devia-se unicamente à ausência temporária da esposa na horta, decorrente de problemas de saúde, evidenciando que ela, a Sr^a.

⁴² Entrevista realizada no dia 06.04.2008. Natural de Pernambuco migrou para Peruíbe/SP ficou sabendo do acampamento, através do trabalho de base do MST local. Casado, pai de dois filhos (um menino e uma menina), ambos ainda crianças.

Sandra, era a principal responsável pela atividade. A Figura 18 mostra-nos a situação verificada.

FIGURA 18: Horta em situação de abandono.



Foto: SILVA, A. C.(2008).

A Figura 18 remete a uma situação de extremo abandono. Apenas alguns pés-de-couve, que ficou da última safra. A paisagem nos mostra ainda um pé de abacate, ao fundo; a cerca, que impede a entrada das galinhas, e o latão velho, outrora usado para armazenar água para a horta ser regada posteriormente.

A divisão de “tarefas” na unidade camponesa é bem ressaltada por Shanin (1991, p. 18-19):

La división básica del trabajo en la explotación campesina está estrechamente relacionada con la estructura familiar y se ajusta a las líneas del sexo y de la edad. [...] en general, el padre de la familias, que tiene amplios derechos sobre sus miembros; pero que, sin embargo, están restringidos, por obligaciones hacia él, definidas tradicionalmente, es decir, una relación considerablemente patriarcal. [...] el joven aprende su trabajo siguiendo a su padre y ayudándolo. Este procedimiento de socialización refuerza los lazos familiares y realza el carácter tradicional de la agricultura campesina. (grifos nossos).

Os elementos apontados por Shanin, ou seja, a divisão social do trabalho na unidade camponesa tendo como critério o sexo, a idade e a estrutura hierárquica do núcleo familiar patriarcal (pai – mãe – filhos), se converge para uma relação de socialização diferente de qualquer modelo de produção que visa diminuir o tempo de mão-de-obra empregada na produção, além das tarefas de socialização, como, por exemplo: entre o pai e o filho, capinar, pegar o cavalo no pasto etc, entre a mãe e a filha cozinhar, costurar, fazer pequenos artesanatos etc.

As atividades cotidianas do sítio, nas quais algumas são delegadas às crianças, além de aliviarem a carga de trabalho dos pais, tem outro fator fundamental, que é mostrar desde cedo, a utilidade e a importância do desempenho de atividades, dentro do seu grupo familiar, característica inerente ao campesinato, com fortes traços que o sujeito leva consigo, até a sua maturidade, reforçando o seu processo de recriação e resistência.

Uma das marcantes características camponesas consiste na *alimentação*, não pelo simples fato de repor proteínas, carboidratos que o ser humano necessita, mas sim pela questão da *sociabilidade*. Lembramo-nos de uma passagem de quando começamos a fazer as visitas – uma delas foi de certa forma “agendada”, marcada uns dias antes, com as filhas do entrevistado, ex-alunas do Ensino Fundamental. família do seu Devair nos recebeu de uma maneira muito gentil e quando terminamos a entrevista e nos despedimos, eles fizeram questão que almoçássemos lá onde prepararam um prato tradicional, típico para as visitas, que foi o *frango caipira* acompanhado de arroz e mandioca. Observamos que, o mais importante para a família que nos recebeu não era simplesmente saciar a nossa fome, mas, sim a cordialidade, fator esse que perdurou uma hora a mais na sua casa.

A temática da Alimentação como fator de *sociabilidade* é muito bem retratada por Cândido (1979, p. 30):

[...] a posição do alimento é outra. *Qualquer que seja, porém é sempre acentuada a sua importância como fulcro de sociabilidade* – não apenas de quem se organiza em torno dela (sistemas de trabalho, distribuição etc.) dos atos e das intenções (ágapes, ofertas, etc.) Hoje quando oferecemos café às visitas ou damos um almoço de aniversário, prolongamos de certa forma práticas imemoriais, em que a ingestão de alimentos obtidos com esforço, e irregularmente, trazia uma poderosa carga afetiva, facilmente transformada em *manifestações simbólicas*. [...] (grifo nosso).

A alimentação camponesa tem se alterado bastante, nas últimas décadas. Não seria possível comparar a alimentação de décadas atrás com os dias atuais, mas ainda podemos buscar elementos que continuam existindo apesar dos tempos. Nesse sentido, destacamos o fato de ser comum, entre os camponeses entrevistados, o hábito de comer “banha de porco” no preparo das alimentações, sendo muito raro, o óleo de origem vegetal (canola, milho ou soja) na salada.

Entretanto, apesar das mudanças habituais na alimentação, a tríade de alimentos básicos ainda se configura os mesmos: milho, feijão e, mandioca, sendo quase uma unanimidade a sua produção nos *sítios*. A Figura 19 demonstra a capina na cultura do milho.

FIGURA 19: Capina na cultura do milho.



Foto: AZEVEDO, J.R.N. (2008).

A alimentação denuncia relações de *poder e de classe* entre os próprios assentados, na medida em que referiu a uma prática normal, dentro do assentamento, “trocar carne” a chamada “*mistura*” o Sr. Primo⁴³ fez inferência há dois casos distintos no primeiro ele faz uma relação de troca de excedente com o Sr. Mato Grosso, no momento que ambos tem a condição de estar devolvendo a carne recebida, ou seja, tanto ele quanto o outro podem retribuir sem fazer falta no seu núcleo familiar,.

Entretanto, no segundo caso, o Sr. Primo revelou que dava “*pedaços da carne de porco*” para sua vizinha e assentada denominada D. Tereza. Todavia, não havia obrigação por parte dela de estar devolvendo o que recebeu.

Enquanto a primeira relação configurou-se como uma relação de troca a segunda imperou o princípio da solidariedade, pois sobre esta temática o entrevistado referiu-se a assentada da seguinte forma:

- E, para D. Tereza, ela tem que devolver a carne que o senhor deu para ela?

- Não, pra D. Tereza não, *ela é fraquinha, coitada*, a gente dá porque dá. Ela não tem obrigação de nada pra gente, não, mais quando ela mata um porquinho, sempre ela manda um pedacinho pra nós também. (grifo nosso).

Nessas duas relações estão implícitos processos de diferenciação de ordem econômica e moral, o que não exclui a D. Tereza do circuito de relações inerentes ao grupo, ou seja, a troca de *carne nobre*, ou do porco ou do gado, reforçando a idéia de que o dinheiro não é fator decisivo na inclusão desta prática.

Então, o produto carne é um excedente, que configura tanto como produto de troca, como símbolo de *solidariedade*, já que “comida é fartura quando se tem pra comer e para oferecer aos amigos, assim é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade” (ALMEIDA, 2007, p.08).

Esse mesmo princípio de solidariedade pode ser questionado por valores morais em uma espécie de um código simbólico de justiça, edificado

⁴³ Entrevista realizada no dia 27/04/2008.

por uma série de junções da ética camponesa. O Sr. Primo, que defende tão ardorosamente a questão da ajuda mútua, se pergunta: “por que o outro não tem também um litro de leite? Sendo que eu peguei terra junto com ele, no mesmo tempo”?

A questão central destas interrogações poderia ser o dinheiro, conforme retrata o entrevistado *“eu tenho leite pra vender! E o assentado que não tem? mas se for um lutador, não tem problema, porque arrumamos um pouquinho do nosso para se erguer igual a nós”* pelo depoimento o que realmente importa na aceitação do sujeito no modo de vida camponês é a categoria trabalho enfim, se torna um dos alicerces da economia camponesa.

No caso da D. Tereza, o Sr. Primo não se referiu a ela da seguinte forma: *“por que eu tenho e ela não tem, sendo que chegamos juntos aqui no lote?”* Mas *“ela é fraquinha e trabalha até demais”*, colocando em segundo plano a questão se tinha dinheiro ou não para comprar o seu excedente.

Apesar de que o termo *excedente* tem o caráter mercadológico, ou seja, (excedente sobra para vender ao mercado). Neste contexto, o termo adquire outro sentido, referindo-se ao fortalecimento das relações da solidariedade expresso nos arredores de sua vizinhança.